

A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA SECRETARIA MUNICIPAL AMBIENTAL JUNTO À SOCIEDADE AMAPAENSE

Claudineio Botelho dos Santos¹

Francelene Nobre Nogueira²

Joaquim dos Santos Filho³

Erick Franck Nogueira da Paixão⁴

RESUMO

O presente artigo apresentou como objetivo analisar a administração Pública da Secretaria Municipal do Meio Ambiente junto a sociedade amapaense. Para tanto, realizou-se uma pesquisa de natureza básica, com abordagem qualitativa e quantitativa de cunho descritivo e participante envolvendo o Secretário da SEMAM, assim como os fiscais que atuam no referido órgão. Os resultados da pesquisa mostraram que através de dados arquivados apresentados em um Relatório Anual produzido pela SEMAM decorrente do ano de 2016, as ações e atividades realizadas pela citada Secretaria, foram: produção de mudas; revitalização de logradouros públicos, através da podagem, arborização e paisagismo; assim como, à fiscalização de vistorias em bairros e loteamentos, além do desenvolvimento da educação ambiental que visa sensibilizar todos na preservação e proteção do meio ambiente. Ressalta-se ainda que o número de ações e atividades desenvolvidas pela SEMAM corresponderam a 782 atividades que abrangeram denúncias, requisições do Ministério Público, autos de infrações, notificações e ações noturnas são irrisórias diante da competência da citada Secretaria, ficando comprometida devido a carência de equipamentos para a eficácia e eficiência dos trabalhos administrativos; deficiência de materiais de expediente; técnicos sem computadores; falta de combustível; falta de insumos orgânicos; falta de pessoal; entre outros, que apresentam-se como entraves perante as ações da mencionada Secretaria.

Palavras-Chave: Administração Pública. Meio Ambiente. Legislação. Sociedade.

1 INTRODUÇÃO

A Administração Pública representa todo o aparelhamento do Estado, preordenado à realização de serviços e atividades que visam a plena satisfação das necessidades coletivas, que representa um conjunto complexo de atividades pelas quais são gerenciados os bens e os interesses públicos, visando sempre ao bem estar social.

¹ Acadêmico do curso de Administração Pública da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP. Email. kaumineiro@hotmail.com

² Acadêmica do curso de Administração Pública da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP. Email. france.nobre@bol.com.br

³ Acadêmico do curso de Administração Pública da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP. Email. juca@unifap.br

⁴ Professor Orientador do curso de Administração Pública da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP. Email. erickfranck@unifap.br

Nessa perspectiva, pretende-se nesta pesquisa dar ênfase a administração Pública da Secretaria Municipal Ambiental - SEMAM junto a sociedade amapaense, pois sabe-se que a supracitada secretaria é o órgão municipal responsável pela elaboração, coordenação e execução da política de meio ambiente em Macapá, que está subordinada a Prefeitura Municipal.

Diante disso, percebe-se a relevância da temática proposta, visto que as questões relacionadas ao meio ambiente são de interesse social, que surgiram num cenário de grandes discussões que buscam pela proteção do meio ambiente, que coloca a SEMAM diante de um trabalho ímpar frente à sociedade amapaense.

A legislação ambiental municipal, através da Lei Orgânica do Município de Macapá estabelece que o Meio Ambiente ecologicamente equilibrado, é bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, devendo o Município e a coletividade defendê-lo e preservá-lo para as gerações presentes e futuras. Assim, o Município, na sua função reguladora, criará limitações e imporá exigências que visem a proteção e recuperação do meio ambiente, especialmente por meio de normas de zoneamento, de uso do solo e de edificações.

Diante disto, levantou-se a seguinte questão problematizadora: Quais os entraves que a Secretaria Municipal Ambiental encontra diante da administração pública? Sabe-se que a administração pública requer todo um planejamento para o seu funcionamento, e, que nesse transcurso, existem alguns entraves que estão ligadas à atuação dos servidores no desenvolvimento de seu trabalho.

Sendo assim, o objetivo geral da pesquisa foi analisar a administração Pública da Secretaria Municipal do Meio Ambiente junto à sociedade amapaense, propondo algumas sugestões para contribuir diante dos possíveis entraves que a SEMAM enfrenta diante da administração pública.

Para tanto, o referido artigo foi estruturado por seções. Sendo que, na primeira seção foi abordado sobre o referencial teórico, com destaque a evolução e histórico, além da sua função, de forma específica o planejamento na administração pública, desenvolvimento social e econômico.

Na segunda seção destacou-se o percurso metodológico, sendo apresentado o tipo de pesquisa; universo da pesquisa, o município de Macapá, de forma delimitada - a SEMAM; população e amostra; instrumentos utilizados na coleta de dados; análise de dados e princípios éticos. Na última seção, abordou-se os resultados e discussão, destacando a administração pública na SEMAM junto à sociedade amapaense; o Secretário da referida Secretaria e a

Administração Pública na execução do trabalho realizado pelos fiscais no ano de 2016; a atuação dos fiscais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Histórico e evolução da administração pública

Para que fique elucidado a evolução da Administração Pública e da constituição do aparelho administrativo, Carvalho e Sampaio (2010) dizem que torna-se indispensável um resumo histórico, que começa no ano de 1821, correspondendo o período Imperial até o começo do Estado Novo. Nesse período, o Brasil tinha um regime político oligárquico, em que o poder abrangia um número limitado de pessoas.

Segundo Carvalho e Sampaio (2010), o Brasil era administrado visando beneficiar apenas os interesses de quem tinha posses, se eximindo dos interesses da coletividade. Pode-se dizer que a estratificação social, determinava a classe que as pessoas faziam parte, se destacando nesse período a administração patrimonialista.

Marques (2008, p. 34) narra que nesse período o patrimonialismo, o dispositivo do Estado, atuava como influência do poder soberano, e os seus auxiliares, servidores, tinham *status* de nobreza real. Ressalta-se que em decorrência, “a corrupção e o nepotismo eram próprios desse tipo de administração”.

Ainda segundo os pressupostos de Marques (2008) a administração pública burocrática, movida no modelo weberiano, aparece como forma de combater a corrupção e o nepotismo do modelo anterior, sendo que seus princípios orientadores foram: impessoalidade, formalismo, hierarquia funcional, além do entendimento sobre a carreira pública e a profissionalização. Nesse momento, a máquina administrativa estava voltada para si mesma, deixando à parte sua finalidade principal que era atender as necessidades sociais, tornando-se ineficaz, uma vez que a administração pública burocrática, o Estado restringia-se a sustentar a ordem e administrar a justiça, a afiançar os contratos e a propriedade.

Para Bresser-Pereira (2008), o Estado torna-se nacional desenvolvimentista no momento que abrange entre 1930 e 1980. Nesse período, a classe dirigente era constituída pela União entre a burguesia industrial e a burocracia pública, sendo que o Brasil atravessava um grande desenvolvimento econômico. Nesse cenário, o patrimonialismo apesar de sofrer um processo de mudança, sustentava sua própria força no quadro político brasileiro.

Carvalho e Sampaio (2010) ressaltaram que na década de 30 foi um momento de rapidez da industrialização brasileira, com as medidas exploradas pelo governo Vargas. Diante disso, no ano de 1937, foi instituído o Departamento Administrativo do Serviço público - DASP, que era absolutamente submisso à Presidência da República, que visava enraizar a reforma administrativa designada a organizar e a racionalizar o serviço público no Brasil.

Assim, uma das ações importantes abrangeu a preferência e aprimoramento do pessoal administrativo através da adoção do sistema de merecimento, reduzindo as determinações dos interesses privados e político-partidários na ocupação dos cargos e empregos públicos, pois para Bresser-Pereira (2007), a partir da concepção da DASP, foi analisada a primeira reforma administrativa do Brasil, onde foram reafirmados os princípios centralizadores e hierárquicos da burocracia clássica.

Segundo Carvalho e Sampaio (2010), no ano de 1938, foi inventada a primeira autarquia, assim, surgiu a ideia da descentralização de determinados serviços públicos. Mas, nesse processo evolutivo e histórico, no ano de 1967, ocorreu uma tentativa voltada para a administração gerencial no Brasil, com a divulgação do Decreto Lei nº. 200/1967, que arriscava suplantar o rigor burocrático, uma vez que o referido Decreto gerava a mudança de atividades para autarquias, empresas públicas, fundações e sociedades de economia mista, dando maior dinamismo operacional através da descentralização funcional.

Silva e Amaral (2007, p. 10) enfatizaram que na década de 70, foi difundido o Programa Nacional de Desburocratização, através dos decretos 83.740 e 83.936/79 que simplificaram as requisições de documentos, visando “melhorar as relações entre o Estado e a sociedade através da simplificação dos métodos na prestação dos serviços públicos”.

Carvalho e Sampaio (2010) aludiram que na década de 80, foi proclamado o Estatuto jurídico das licitações e contratos administrativos a partir do Decreto de Lei nº. 2.300/1986. Nessa mesma década, destacou-se a Constituição Federal de 1988, que foi resultado de amplas lutas democráticas, a qual passou a consolidar o sistema capitalista no âmbito da economia, além de adotar um modelo de Estado bastante organizado e rigoroso, afirmando-se como intervencionista, e ao mesmo tempo, estabelecendo regras de transparência e moralidade, que se refletia na necessidade de concursos públicos para a efetivação dos cargos e dos empregos públicos.

Para Silva e Amaral (2007, p., 10) com a elaboração da Constituição Federal de 1988, como fruto das lutas pela redemocratização, promulgaram-se mudanças expressivas para a administração pública, passando a reconhecer o valor político do cidadão e de sua

participação no domínio dos serviços públicos, remanejando “tarefas e recursos orçamentários para Estados e Municípios, a partir da desconcentração e a descentralização, a disposição pública passou a ficar mais próxima do local da ação, com conflitos sobre a gestão pública”.

Sendo assim, Carvalho e Sampaio (2010) relataram que a administração pública gerencial aparece visando solucionar os obstáculos ocasionados pela burocracia, embora estivesse amparada nela. Assim, foi priorizado a eficiência, a ampliação da qualidade do serviço e a diminuição dos custos. Porém, em meados da década de 90, surgiu a Reforma ou Reconstrução do Estado, chamado de Plano Diretor em 1995, que passou a ser considerado o instrumento usado para solidificar a estabilização e garantir o crescimento da economia.

No entanto, com as contínuas crises econômicas pelas quais o Brasil atravessou se refletiram na ineficácia dos serviços prestados pelo Estado permaneceram superficiais. Logo, o dispositivo estatal foi considerado ineficiente diante do desenvolvimento do país e de ministrar de maneira satisfatória as necessidades públicas. Bresser-Pereira (2008) narra que o cidadão passou a se ver como cliente e não mais como uma espécie de dependente do Estado. Nesse cenário, o país atravessava uma nova etapa: superado o regime ditatorial e já proclamada a Constituição, o cidadão passou a notar no Estado o desenvolvimento de suas obrigações.

Carvalho e Sampaio (2010) enfatizaram que o conceito de cidadão como cliente nasceu com intuito de gerar uma transformação nas organizações públicas, das quais se estabelecia maior eficácia, desburocratização de procedimentos e efetividade dos serviços. Por isso, ainda no ano de 1995, foi criado o Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado – MARE, como um novo instrumento que visava o desenvolvimento do Estado com eficácia, a partir dos serviços básicos que presta e as políticas de cunho social que deve implementar.

Bresser-Pereira (2008) relatou que no ano de 1998, o plano foi concretizado através da Emenda Constitucional (EC) nº. 19, que visava várias medidas com a finalidade de melhorar a eficácia do aparelho público. Porém, muitas das transformações ocorridas com a mencionada EC dependiam de atos legislativos e administrativos posteriores, no entanto já existia uma sinalização no sentido de uma melhor gestão pública.

Segundo Silva e Amaral (2007, p. 11), entre 1995 e 2002, ficou asseverado a estabilidade econômica e a governabilidade ganha mais importância, excedendo o Estado interveniente e empresarial, aproximando o governo da sociedade através do controle social das políticas públicas. Mas, as alternativas nas formas de integração ao mercado internacional

induziram a redução do papel do estado, bem como a privatização de empresas e serviços públicos.

Carvalho e Sampaio (2010), concluem que a administração pública gerencial produz transformações culturais, estruturais e de gestão, uma vez que passa a exigir um novo olhar para os interesses da sociedade, o interesse público -, que é chamado de interesse da coletividade, onde o cidadão passa a ser considerado o cliente dos seus serviços e seu colaborador de impostos.

2.2 Administração pública e sua função

A administração apresenta-se como um processo que incide quando pessoas se usam de recursos humanos ou materiais, para alcançar os seus objetivos por meio da utilização dos insumos disponíveis, com intuito de lançar bens e serviços, pois administrar define-se como “trabalho com recursos humanos, financeiros e materiais, para atingir objetivos organizacionais através do desempenho das funções planejar, organizar, liderar e controlar” (MEGGINSON, 2010, p.7)

Ressalta-se que surgiu a necessidade da convivência do homem em grupos passou a partir da centralização de poder, devido a complexidade e propagação de interesses grupais, administrado, em sua maioria, por alguns membros da sociedade com intuito de deliberar, determinar e efetuar as ações, além de procurar pela satisfação do bem estar geral em um determinado ambiente.

Esse processo ficou sendo considerado como Gestão ou Administração, que apresenta-se como um procedimento de tomada de decisões, assim como da realização de ações que abrange quatro técnicas fundamentais conectadas, sendo estes: “planejamento, organização, execução e controle” (MAXIMIANO, 2009, p. 26).

A administração envolve a determinação dos objetivos, a decisão de recursos e tarefas para alcançá-los; além da divisão do trabalho; monitoramento e avaliação das atividades em conjunto, visto que, as pessoas estão integradas às outras pelos resultados de suas ações direta ou indiretamente (CHIAVENATO, 2012, p. 121).

Sendo assim, para efetivar os objetivos para o bem estar social, o agente público, tem uma missão que pode ser decisiva ou temporária, sendo que este precisa ter a capacidade e conhecimentos, levando em consideração que o Estado desenvolve a ação para a consecução do interesse coletivo.

A Administração a partir de seus princípios e conhecimentos norteia de forma ampla a sua aplicabilidade em quaisquer estruturas organizacionais, podendo ser de caráter público ou privado, de pequeno ou de grande porte, pois a administração define-se como um conjunto de princípios e regras que visam “planejar, organizar, dirigir coordenar e controlar os esforços de um grupo de indivíduos que se associam para atingir um resultado comum” (LACOMBE; HEILBORN, 2010, p. 8).

Vieira, Ferreira Júnior e Teixeira (2014, p. 28) em suas pesquisas ressaltaram que “Administração Pública, é administrar ou governar negócios públicos ou privados e, a partir disso, auferir decorrências que façam membros de uma sociedade ou instituição, se crescerem de forma conjunta”.

Sendo assim, a Administração Pública define-se, segundo Meirelles (2012, p. 84) como “a gestão de bens e interesses qualificados da comunidade no âmbito federal, estadual ou municipal, segundo os preceitos do Direito e da moral, visando ao bem comum”, ou seja, o bem de todos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Tipo de pesquisa

O presente trabalho de conclusão de curso sobre a “Administração Pública da Secretaria Municipal do Meio Ambiente junto a sociedade amapaense” utilizou como natureza da pesquisa – a básica, que, de acordo com Gil (2010, p. 64), tem como finalidade “gerar conhecimentos novos para avanço da ciência sem aplicação prática prevista”.

No que se refere a forma de abordagem utilizou-se as formas qualitativa e quantitativa, pois:

A opção pelo método e técnica de pesquisa depende da natureza do problema que preocupa o investigador, ou do objeto que deseja conhecer ou estudar. A utilização de técnicas qualitativas e quantitativas depende, também, do domínio que o pesquisador tem no emprego destas técnicas. Inexiste superioridade entre ambas desde que haja correção nas utilizações e adequações metodológicas (SANTOS; CLOS, 2008, p. 133).

As técnicas qualitativas que envolvem a interpretação dos fenômenos, enquanto que as técnicas quantitativas se traduzem em números as opiniões e informações para serem classificadas e analisadas, utilizando técnicas estatísticas, com intuito de levar o pesquisador a participar, compreender e interpretar a realidade que serviu de estudo.

Quanto aos objetivos, a pesquisa utilizada foi descritiva, que para Oliveira (2007, p. 99) envolve fatos que são “observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem interferência do pesquisador”, onde o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados (questionário, observação sistemática); assume em geral a forma de levantamento.

A realização da pesquisa quanto aos seus procedimentos técnicos, foi uma pesquisa participante, que de acordo com Gil (2010, p. 66) esse tipo de pesquisa é “desenvolvida pela interação entre pesquisadores e membros das situações investigadas”, ou seja, público alvo e acadêmicos (pesquisadores) do curso de bacharelado em Administração Pública da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP.

A coleta de dados foi realizada na SEMAM, que apresenta na sua estrutura administrativa o Departamento de Meio Ambiente, divididos em duas Divisões, sendo uma a Divisão de Fiscalização e Controle do Ambiente e a outra a Divisão de Licenciamento e Monitoramento Ambiental, que desenvolvem suas atividades segundo a Legislação Ambiental.

3.2 Universo da pesquisa

3.2.1 Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Macapá

A Lei Complementar nº 033/2005 – PMM, que dispõe sobre a estrutura administrativa da Administração direta do Município de Macapá em seu artigo 29, distribui as funções da SEMAM, e o artigo 250 da Lei Orgânica apresenta a sua estrutura, que se divide em Gabinete, Assessoria, Departamento de Paisagismo e Arborização Urbana, Departamento Parque Zoobotânico, Departamento de Meio Ambiente, e Departamento de Administração e Finanças. Cada um desses departamentos se subdivide em três divisões básicas.

A SEMAM desenvolve suas atividades na Rua Clodoaldo da Silva Matias, 1530, Bairro Jardim Felicidade I. A referida Secretaria tem como base legal a LC nº. 033 de 25 de Janeiro de 2005, que tem por objetivo articular, inovar ideias para dar condições necessárias a concretização e o desenvolvimento integrado, equilibrado, visando a sustentabilidade socioeducacional e socioeconômica para o município de Macapá e beneficiar as presentes e futuras gerações.

3.2 População e amostra

A amostra envolveu 01 (um) Secretário e 12 (doze) fiscais que atuam na SEMAM. Totalizando 13 (treze) sujeitos entrevistados. Foram apresentados também informações arquivadas sobre o trabalho realizado pela referida Secretaria no ano de 2016. Diante do exposto, Mattos et al (2008, p. 159) deixa evidente que a amostra apresentam-se, “como parte representativa do total, selecionada para demonstrar de forma legítima os resultados da pesquisa, que são generalizados a toda a população”.

3.3 Instrumentos utilizados na coleta de dados

Os instrumentos utilizados na coleta de dados envolveram a observação em campo e questionários do tipo aberto e fechado. Sendo assim, a coleta de dados serão obtidos pelo próprio pesquisador, utilizando dados já existentes (dados secundários), tais como informações da Secretaria e através de levantamentos (dados primários), que foram por meio de questionário junto ao público alvo.

Como o Secretário da SEMAM utilizou-se o questionário composto com perguntas abertas, que conforme descrição de Mattos et al (2008, p. 68), tais perguntas são “destinadas à obtenção de respostas livres”. Em contrapartida, com os fiscais, utilizou-se um questionário com perguntas fechadas, que para Cervo e Bervian (2012, p. 121) este tipo de “pergunta assinala apenas sim ou não, ou ainda, marca-se uma das alternativas impostas pelo pesquisador”.

3.4 Princípios éticos

Esta pesquisa obedeceu a Resolução 466/2012, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, que dispõe sobre as Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa envolvendo seres humanos. Para a realização desta pesquisa, foi emitido um ofício elaborado pela instituição responsável pelo projeto solicitando a colaboração no sentido de autorizar a pesquisa na SEMAM.

Todos os indivíduos que participaram desta pesquisa receberam informações pertinentes à mesma que consta no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido antes de serem entrevistados. Os princípios do sigilo, anonimato e a liberdade de escolha para participar da pesquisa foram rigorosamente seguidos pelos pesquisadores.

4 PESQUISA DE CAMPO E ANÁLISE

4.1 Secretário da SEMAM e a Administração Pública

A partir dos dados coletados do Secretário da SEMAM, buscou saber informações sobre a Administração Pública da mencionada Secretaria. Sendo assim, questionou-se junto ao Secretário: **Quais as competências da SEMAM junto a sociedade amapaense? Relacione. Como é realizado o plano de ação da SEMAM anual? Descreva.** O entrevistado de forma concisa ressaltou que:

Proporcionar, promover e desenvolver as políticas de meio ambiente do município e normas e padrões para a sua proteção, defender e controlar, bem como verificar o seu cumprimento, em articulação com os sistemas estadual e federal de meio ambiente; promover o zoneamento ambiental do Município, como a aplicação do geoprocessamento das informações decorrentes.

A partir das informações apresentadas pelo Secretário, constatou-se que a SEMAM desenvolve várias competências no município de Macapá, que coloca a administração pública como o ato de governar e exercer a vontade com o objetivo de alcançar um resultado favorável para a coletividade.

Meirelles (2012, p. 55) confirma em seus pressupostos que a administração pública visa favorecer a coletividade, ou seja, a sociedade em geral, pois envolve “toda a concepção moderna de organização e funcionamento dos serviços públicos a serem prestados aos administrados”.

Diante disso, pode-se dizer que as competências da SEMAM junto à sociedade amapaense requer uma série de fatores, dentre elas: condições na estrutura física e de pessoal, pois as condições de trabalhos, além da falta de recursos financeiros, impedem que a referida Secretaria possa atuar de forma mais efetiva.

Nesse cenário, questionou-se ao Secretário: **Quais os entraves que a SEMAM encontra diante da administração pública? Descreva.** O entrevistado de forma breve disse que:

Os principais entraves se dão em face da frágil estrutura física, material e de recursos humanos que a SEMAM dispõe hoje para prestar um atendimento à altura das suas obrigações e das exigências naturais decorrentes dos muitos serviços prestados à população macapaense. Seja no campo do licenciamento, monitoramento e fiscalização, seja no campo do paisagismo nos logradouros públicos de Macapá. Um quadro de pessoal reduzido, uma frota pequena e velha de veículos, e um prédio em condições físicas deterioradas, além de um fraquíssimo orçamento anual, são as principais deficiências da SEMAM.

De acordo com as informações apresentadas pelo Secretário ficou evidente que são muitos os entraves que impedem que a SEMAM seja atuante diante da administração pública, pois trabalhar com licenciamento, monitoramento e fiscalização, no campo do paisagismo nos logradouros públicos requer uma equipe maior, além de condições de trabalho, bem como um maior orçamento anual, para que sua atuação seja efetiva.

Segundo Brito (2017) se a administração pública ficar bem assessorada, sem nenhum tipo de obrigações fiscais terá grandes oportunidades de fazer uma apropriada administração, cuidando do patrimônio público junto a sociedade.

Nesse contexto, entende-se que a SEMAM atua com autoridade, por isso, questionou-se junto ao Secretário: **Sabe-se que a umas das competências da SEMAM é a fiscalização? Como ocorre esse processo?** O entrevistado descreveu que:

Existem 15 servidores efetivos com prerrogativas de ação de fiscalização, e tomam por base o constante no Decreto 458/2014-PMM que regulamenta tais prerrogativas. O processo funciona em regime de escala de serviço, inclusive nos finais de semana e feriados. As informações/denúncias são recebidas através do nosso Disc Denúncia Linha Verde, ou ainda através de demandas formalizadas pela sociedade, pela Promotoria do Meio Ambiente/PRODEMAC ou ainda pela Delegacia Estadual do Meio Ambiente/DEMA.

Segundo as informações apresentadas pelo Secretário ficou evidente que a SEMAM trabalha de forma articulada com outros órgãos públicos, no entanto, acredita-se que o efetivo é pouco para realizar um trabalho eficaz, pois a área de cobertura (município de Macapá) é muito grande para que administração da referida Secretaria corresponda à demanda.

De acordo com as pesquisas de Lima (2017) a fiscalização administrativa tem a finalidade do controle, assegurando que a administração atue de acordo com os princípios que lhe são impostos pelo ordenamento jurídico, como: a legalidade, moralidade, finalidade pública, entre outros, com intuito de provocar além do procedimento de controle, a defesa de seus interesses individuais, além da proteção do interesse coletivo.

Diante do exposto, constata-se que as competências da SEMAM está totalmente relacionada aos interesses públicos, pois jurisdições abrangem: as atividades de fiscalização e controle ambiental; produção de mudas arbóreas e ornamentais; revitalização de logradouros públicos; manutenção de paisagismo em órgãos públicos, etc.

A partir do exposto, analisa-se que a administração pública da SEMAM junto a sociedade amapaense através da Divisão de Fiscalização e Controle Ambiental – DFCA coordena, notifica, atua e instrui os proprietários de estabelecimentos, bares e empreendimentos, sobre a regularidade das atividades e do licenciamento no qual é

instrumento de gestão que orienta a localização, instalação, ampliação e operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais potencialmente poluidores, ou daqueles que sob qualquer forma possam causar degradação ambiental, junto aos estabelecimentos (AMAPÁ, 2016).

Na atualidade, o trabalho desenvolvido pela SEMAM centraliza-se no Licenciamento ambiental, sendo 75% das atividades prestadas a pessoa física e jurídica, em afimco intermediação junto com parcerias de outros órgãos, departamentos e divisões da referida Secretaria, que lhe são atribuídas às execuções de fiscalizações e monitoramento ambiental nas áreas de preservação permanente e áreas de ressacas e ainda a poluição sonora (AMAPÁ, 2016).

Diante disso, solicitar a SEMAM o licenciamento é condição essencial para o bom andamento do processo, pois a solicitação de licenças em órgão que não tenha competência originária para emití-las causará a procedente interrupção do processo de licenciamento ou a realização de novo licenciamento, com levantamento da competência originária ou convocação da autoridade pelo órgão correspondente.

Assim, pode-se dizer que a administração pública da SEMAM, diante do licenciamento ambiental é uma das principais atividades desenvolvida pela Secretaria. Logo, pode-se dizer que fiscalizar reflete-se nas ações com intuito de visualizar os resultados realizados. Porém, sabe-se que tudo gira em torno de um orçamento, pois quando ele está em desacordo com o plano de ação, fica inviável executar e automaticamente alcançar melhores resultados.

Diante disso, constata-se que a administração pública da SEMAM é extremamente importante, pois a proteção ambiental é de interesse público e, dessa forma precisa ser planejada e executada minuciosamente para que seja efetivado, rigorosamente, o plano de ação da referida Secretaria para com isso, os objetivos traçados sejam alcançados com êxito.

A partir do Relatório Anual correspondente ao ano de 2016, comprovou-se que a demanda de denúncias, requisições do Ministério Público, autos de Infração, notificações e ações noturnas é relativamente alto para o pouco efetivo que faz parte da SEMAM, ficando pendentes algumas atividades para o ano de 2017 (AMAPÁ, 2016).

Nesse cenário, questionou-se junto ao Secretário: **Quais as mudanças na gestão administrativa na SEMAM poderiam garantir mais eficiência em suas atividades gerenciamento ambiental do município?** O entrevistado respondeu que:

As mudanças garantidoras de mais eficiência na gestão estão postadas na nova estrutura organizacional da SEMAM, proposta na reforma administrativa que a Prefeitura de Macapá está preste a promover em todas as suas secretarias de modo geral.

A partir das informações apresentadas pelo Secretário pode-se dizer que para o ano de 2017 se efetivarão mudanças com intuito de tornar mais eficiente as atividades de gerenciamento ambiental do município de Macapá. Logo, a administração pública poderá alcançar resultados melhores em termos de prestação de serviços para a sociedade amapaense.

Ressalta-se que o município de Macapá, através do departamento de meio ambiente, vinculado à SEMAM, adota uma política municipal de meio ambiente em consonância com as políticas: estadual e federal. Floriano (2007) diz que a administração pública ambiental apresenta-se como um processo de mediação de interesses e conflitos entre atores sociais que agem sobre os meios físico-natural e construído.

Nesse cenário de administração pública ambiental municipal, de acordo com Staskoviak Júnior, Koprowski e Santos (2012), apresenta-se como um instrumento pelo qual o município realiza os objetivos da sociedade, pois a atividade administrativa é, necessariamente, a adequada gestão dos bens e interesses da coletividade, visando sempre o bem comum e agindo em conformidade com a lei.

Nesse cenário destaca-se a importância do paisagismo e da arborização. Assim, questionou-se junto ao Secretário da SEMAM: **Como o paisagismo e a arborização são realizados pela SEMAM?** O entrevistado disse que:

Os trabalhos de paisagismo e arborização em Macapá são realizados obedecendo as diretrizes de um projeto produzido pela equipe técnica da própria SEMAM, formada por engenheiros florestais, agrônomo, arquiteta paisagística e técnicos ambientais. Seguindo uma linha de trabalho definidora de todos os locais que receberão o plantio ou replantio das mais variadas espécies de mudas nativas e/ou não da nossa região.

De acordo com as informações apresentadas pelo Secretário, assim como as informações apresentadas no Relatório Anual do ano de 2016, as ações envolvendo paisagismo e da arborização ocorre de acordo com um planejamento realizado por uma equipe específica da SEMAM.

O paisagismo e a arborização são sinônimos de qualidade de vida social, pois de acordo com Gengo e Henkes (2013, p. 56):

A arborização urbana, jardins verticais, calçadas verdes, telhados verdes, jardins filtrantes são técnicas que além de melhorar o visual do ambiente, são facilitadoras para melhorar a qualidade ambiental e podem ser usadas por gestores ambientais

afim de melhorar a qualidade do meio ambiente. O paisagismo contribui para a diminuição do calor, elevação da umidade, diminuição da erosão, melhor drenagem da água, preservação ambiental e atração da avifauna.

O uso do paisagismo colabora com o meio ambiente, apresentando o foco de demonstrar o quanto é importante a utilização do verde nos centros urbanos, por menor que seja o espaço disponível existe sempre a probabilidade de associar o homem ao meio ambiente. Em contrapartida, a arborização coopera na diminuição da poluição visual, que além de embelezar o espaço e purificar o ar.

Diante disso, questionou-se junto ao Secretário: **Após a efetivação do paisagismo e a arborização é feita alguma manutenção da SEMAM?** O entrevistado informou que:

A manutenção dos nossos trabalhos paisagísticos realizados na cidade de Macapá é executada conforme um planejamento periódico da SEMAM ou de acordo com uma necessidade imprevista ou imperativa de reposição de mudas retiradas ou depredadas pela própria população. O que, diga-se de passagem, é bem comum.

Segundo as informações apresentadas pelo Secretário pode-se afirmar que tais dados não foram confirmados, pois de acordo com o Relatório Anual no ano de 2016, o paisagismo e arborização do município foram pouco executados, apenas em locais estratégicos, tais como: canteiro central (Bairro Jardim Felicidade I; Bairro Santa Inês); quanto a implantação de jardinagem e paisagismo destacou-se a Praça do Bairro Pantanal, Conjunto Habitacional São José; Praça Floriano Peixoto; Praça Veiga Cabral. (AMAPÁ, 2016).

Acredita-se que a manutenção do paisagismo e da arborização traz menos gastos para os cofres públicos. No entanto, a partir de uma observação nos locais de onde foram realizados o paisagismo e a arborização no ano de 2016, pode-se constatar que a manutenção não foi efetivada, podendo trazer prejuízos pelo fato de ter que refazer o mesmo trabalho novamente.

Por fim, questionou-se junto ao Secretário: **Existe um acompanhamento após a notificação, fiscalização e multas dos estabelecimentos comerciais? Descreva.** O entrevistado disse que:

Existe sim. Todas as nossas notificações determinam um prazo bem curto para que o notificado possa se dirigir à SEMAM e adotar as medidas cabíveis. Caso não haja o comparecimento do notificado, o nosso setor de monitoramento aciona imediatamente o setor de fiscalização para que sejam adotadas as medidas necessárias. Essas notificações na maioria das vezes representam o início de um processo de licenciamento junto à SEMAM.

Diante do exposto, constatou-se que as informações apresentadas pelo Secretário se divergem das análises de Juarez (2009), que diz que em Macapá, o universo a ser fiscalizado pela SEMAM, muitas vezes se resume às questões de poluição sonora das atividades socioeconômicas licenciadas pela Prefeitura, mostrando-se pouco eficiente para outras questões que são de competência desta Secretaria, pois a falta de prática dos principais instrumentos da política municipal do meio ambiente mostra a fraqueza de um sistema municipal, que numa crítica otimista, coopera apenas quando apela às organizações estaduais mais desenvolvidas.

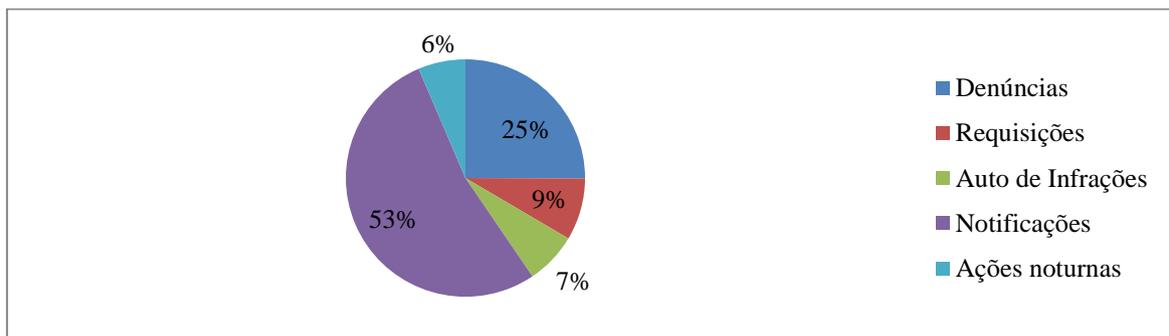
Assim sendo, entende-se que a administração pública da SEMAM diante da sociedade amapaense na realidade não desenvolve de fato ações que são da competência daquela Secretaria, ou seja, na teoria é uma coisa e na prática é outra totalmente diferente, pois as ações são desenvolvidas de forma limitada, devido a falta de recursos e pessoal, pois de acordo com Rissato e Sambatti (2009) na fiscalização, os principais problemas são a falta de recursos humanos e financeiros. Logo, o processo de fiscalização não está atuando de forma eficiente, diante das atribuições da referida Secretaria.

4.1.2 Execução do trabalho realizado pela SEMAM no ano de 2016.

A partir do Relatório Anual do ano de 2016 realizado pela SEMAM é possível apresentar todas as atividades e ações realizadas por meio de descrições e aspectos práticos e teóricos executados sobre o desempenho nos aspectos econômicos, social e ambiental (AMAPÁ, 2016).

No que se refere a apresentação do quantitativo das atividades de fiscalização e controle ambiental, 25% (196) do trabalho realizado pela SEMAM diz respeito a denúncias; 9% (66) refere-se a requisições; 7% (55) fazem referência aos autos de infrações; 53% (415) foram das notificações e 6% (50) representaram as ações noturnas.

Gráfico 01. Apresentação do quantitativo das atividades de fiscalização e controle ambiental - Ano de 2016.



Fonte: SEMAM, ano 2016.

Segundo os dados apresentados ficaram evidentes que 53% (415) das atividades realizadas pela SEMAM fizeram alusão as notificações (advertências), como um sinal de irregularidades. Sobre o assunto, Sirvinskas (2009, p. 162) diz que colocar em “funcionamento estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, deverá requerer perante o órgão público competente a licença ambiental”, que é concedida pela referida Secretária.

De acordo com Corrêa, Vale e Romano (2011), as notificações apresentam-se como instrumentos administrativos que visam dar ciência ao infrator das providências a serem adotadas. Trata-se de uma comunicação formal que, em princípio, não traz aplicação de sanção administrativa ou medida cautelar.

No quadro 01, foram apresentadas as atividades e ações da SEMAM no ano de 2016, segundo o Relatório Anual.

Quadro 01. Apresentação das atividades e ações da SEMAM – ano 2016.

Nº.	Descrição da ação	Local
01	Produção de aproximadamente 12000 mudas entre arbóreas e ornamentais	Departamento de Paisagismo e Arborização Urbana (DPAU)
02	Revitalização do logradouro (podagem de condução, arborização, pintura e paisagismo)	Rotatório do Bairro Santana Inês
03	Manutenção no paisagismo no canteiro central da Rodovia Tancredo Neves	Bairro Jardim Felicidade I
04	Implantação de Jardinagem e Paisagismo	Praça do Bairro Pantanal
05	Implantação de Jardinagem e Paisagismo	Conjunto Habitacional São José
06	Implantação de Jardinagem e Paisagismo	Praça Floriano Peixoto
07	Acompanhamento do desenvolvimento de mudas e plantas na Programação da Hora do Planeta - 2016	Bairro Central
08	Implantação de Jardinagem e Paisagismo	Praça Eterna Aliança – Bairro Novo Horizonte
09	Implantação de Jardinagem e Paisagismo	Escola Municipal José Leoves
10	Implantação de Jardinagem, Paisagismo e manutenção	Praça Veiga Cabral
11	Doação de aproximadamente 2000 mudas	Órgãos municipais, estaduais, federais e juizados

Fonte: SEMAM, ano 2016.

A partir do exposto, constata-se que as ações da SEMAM em relação ao atendimento nas escolas municipais, de acordo com o Relatório Anual do ano de 2016, apenas na Escola José Leoves foi implantado a Jardinagem e Paisagismo. No que se refere as praças do município, registrou-se que somente em 04 (quatro) praças foram implantadas a jardinagem e o paisagismo.

Diante da dimensão do município de Macapá pode-se dizer que as ações da SEMAM são irrisórias, ou seja, não abrangem se uma parte significativa do referido município. Acredita-se que a falta de recursos e pessoal, entre outros fatores, faz com que as ações da Secretaria não alcancem os resultados esperados. Logo pode-se dizer que a administração

pública da SEMAM fica comprometida, visto que não atende a coletividade, ou seja, a sociedade amapaense.

No quadro 02 foram apresentadas o quantitativo de licenças expedidas pela SEMAM, de acordo com o Relatório Anual referente ao ano de 2016 ficou registrado que apenas a partir julho que as licenças foram expedidas, porém no mês de dezembro não foi registrada nenhuma licença prévia (1ª via), alcançando um total de 15 licenças prévia; 43 licenças de instalação; 73 licenças de operação e 26 autorização ambiental.

Quadro 02. Quantitativo de licenças expedidas pela SEMAM – ano 2016.

MESES	Licença Prévia 1ª vez	Licença de Instalação	Licença de Operação - Renovação	Autorização Ambiental
JANEIRO	-	-	-	-
FEVEREIRO	-	-	-	-
MARÇO	-	-	-	-
ABRIL	-	-	-	-
MAIO	-	-	-	-
JUNHO	2	7	11	2
JULHO	2	9	15	1
AGOSTO	2	11	18	1
SETEMBRO	3	5	12	4
OUTUBRO	4	6	20	7
NOVEMBRO	2	3	5	9
DEZEMBRO	0	2	2	2
TOTAL	15	43	73	26

Fonte: SEMAM, ano 2016

Na atualidade, o processo de licenciamento, para toda e qualquer atividade sócio-econômica a ser desenvolvida no município de Macapá, segue um rito não tão enquadrado na legislação vigente.

Em Macapá, a restrição do universo a ser fiscalizado pelo poder estatal muitas vezes resumido a questão de poluição sonora das atividades socioeconômicas licenciadas pela Prefeitura, ainda é pouco eficiente, deixando sob a responsabilidade de outras instituições, principalmente as pautadas na política estadual de meio ambiente, questões clássicas de meio ambiente (JUAREZ, 2009).

O papel da política ambiental municipal recebe uma conotação de auxiliadora de uma política maior, mais completa, ou mais organizada. O Conselho Estadual de Meio Ambiente – COEMA passa a receber as denúncias e apurações do poder municipal para que as efetivas medidas sejam elaboradas, analisadas, deliberadas e executadas. Tal relação se consolida diante um aparelho municipal pouco envolvido nas discussões e com pouca gerência das ações de política de meio ambiente, revelando um cenário preocupante da realidade das políticas municipais, que poderiam agregar quantidade e volume para o desenvolvimento de

ações voltadas para a conservação, preservação e autoridade do meio ambiente, como um bem público (JUAREZ, 2009).

3.1.3 A atuação dos fiscais da SEMAM

3.1.3.1 Perfil do Profissional

A administração pública da SEMAM é formada pelos profissionais que atuam na referida secretaria, no entanto, buscou-se primeiramente saber o perfil dos profissionais que atuam diretamente na fiscalização. Ressalta-se que 92% (n=11) do efetivo da referida Secretaria é do gênero masculino e 8% (n=1) dos fiscais são do gênero feminino.

A partir do exposto, constata-se que o maior efetivo de fiscais é do gênero masculino. Tais informações estão de acordo com as pesquisas de Firmino, Silva e Viana (2015), que mostraram que apesar da inserção da mulher no mercado de trabalho, o gênero masculino ainda apresenta um percentual superior no serviço público.

Em relação a faixa etária dos servidores que ocupam a função de fiscais da SEMAM. 58% (n=7) dos servidores apresentaram a idade de 38 a 47 anos e 42% (n=5) dos servidores apresentaram a idade acima de 48 anos de idade. Segundo os dados apresentados, constatou-se que a faixa etária da maioria dos servidores da SEMAM que ocupam a função de fiscal foi de 38 a 47 anos de idade.

Tais dados convergem com a pesquisa de Almeida (2013) que fala sobre o perfil do servidor público na gestão municipal que apresenta uma faixa de 38 a 50 entre os servidores municipais, alcançando um percentual de 70%. Em contrapartida, Lacerda (2013), em seus estudos, destacou que o perfil dos servidores apresenta uma faixa etária acima de 35 anos de idade.

No que se refere aos dados da escolaridade dos servidores que ocupam a função de fiscais na SEMAM, onde 67% (n=8) dos fiscais tem o nível médio, 25% (n=3) dos fiscais tem formação superior e apenas 8% (n=1) dos fiscais tem cursos de especialização. De acordo com os dados apresentados constatou-se que a escolaridade da maioria dos servidores que ocupam a função de fiscais foi o ensino médio. Lacerda (2013) diz em suas pesquisas que o nível de escolaridade influencia diretamente na atuação do servidor.

Sobre os dados sobre do tempo de atuação dos servidores da SEMAM como fiscais. 17% (n=2) dos servidores responderam que tem de 01 a 05 anos de serviço público; 25% (n=3) dos servidores disseram que tem de 06 a 10 anos de serviço público; 33% (n=4) dos servidores responderam que tem de 11 a 20 anos de serviço público; 8% (n=1) dos servidores

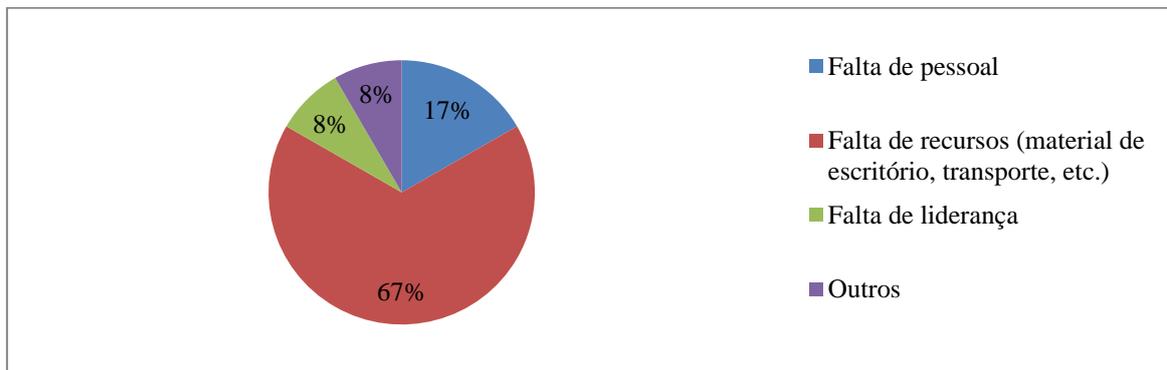
ressaltaram que tem de 21 a 30 anos de serviço público e 17% (n=2) responderam que tem acima de 31 anos de serviço público.

A partir do exposto pelos servidores da SEMAM que ocupam a função de fiscais, constatou-se que o maior tempo de serviço foi de 11 a 20 anos (33%). Nas pesquisas de Almeida (2013) ficou constatado que o maior tempo de serviço público foi de 02 a 12 anos, correspondendo 50% dos servidores entrevistados; o tempo de 13 a 23 anos de serviço público correspondeu a 30% dos servidores e 20% mais de 24 anos de serviço.

3.1.3.2 A atuação dos fiscais na Administração Pública

No gráfico 02 estão apresentados os dados sobre os entraves que a SEMAM encontra diante da administração pública. 17% responderam falta de pessoal; 67% dos servidores responderam falta de recursos (material de escritório, transporte, etc.); 8% responderam falta de liderança e 8% responderam outros, com infraestrutura, investimento em recursos humanos.

Gráfico 02 Entraves que a SEMAM encontra diante da administração pública.



Fonte: SEMAM, Fevereiro/2017.

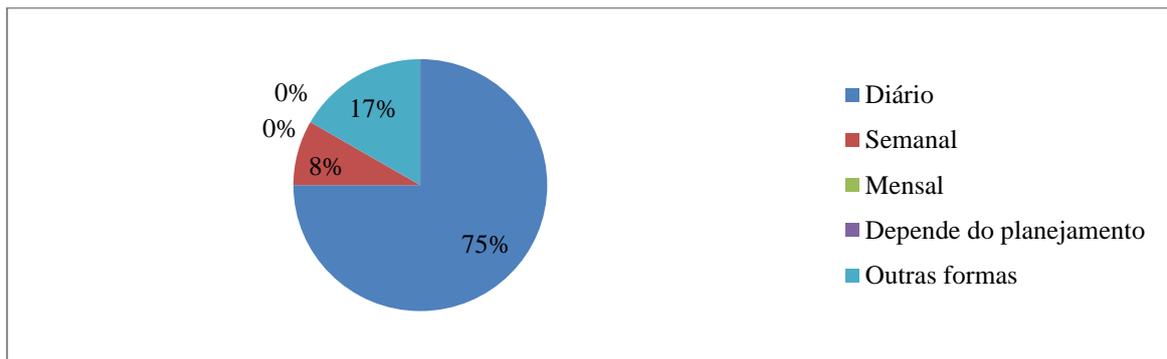
A partir do exposto, constatou-se que os maiores entraves que a SEMAM enfrenta na administração pública foi a falta de recursos (material de escritório, transporte, etc.). Tais informações convergem com as pesquisas de Almeida (2013) que diz que dentre as maiores dificuldades de atuação como servidor público: falta de recursos materiais, bem como a falta de investimento nos servidores com a oferta de treinamentos, capacitações, entre outros.

Para Bonezi e Pedraça (2008, apud ALMEIDA, 2013) a dificuldades na administração pública está nos baixos investimentos em recursos humanos e materiais para atuar como servidor. No que se refere ao investimento em recursos humanos implica, primeiramente, em qualificação, treinamento e capacitação dos servidores, enquanto o investimento em recursos

materiais refere-se a aquisição e manutenção de veículos, materiais e equipamentos usados e para a modernização e atualização tecnológica de sistemas e métodos.

No gráfico 03 apresentam-se os dados sobre como ocorre o processo de fiscalização da SEMAM. 75% dos servidores entrevistados responderam que a fiscalização acontece diariamente; 8% disseram que ocorre semanal; 17% responderam outras formas, que no caso é a fiscalização noturna, geralmente nos fins de semana.

Gráfico 03. Como ocorre a fiscalização da SEMAM



Fonte: SEMAM, Fevereiro/2017.

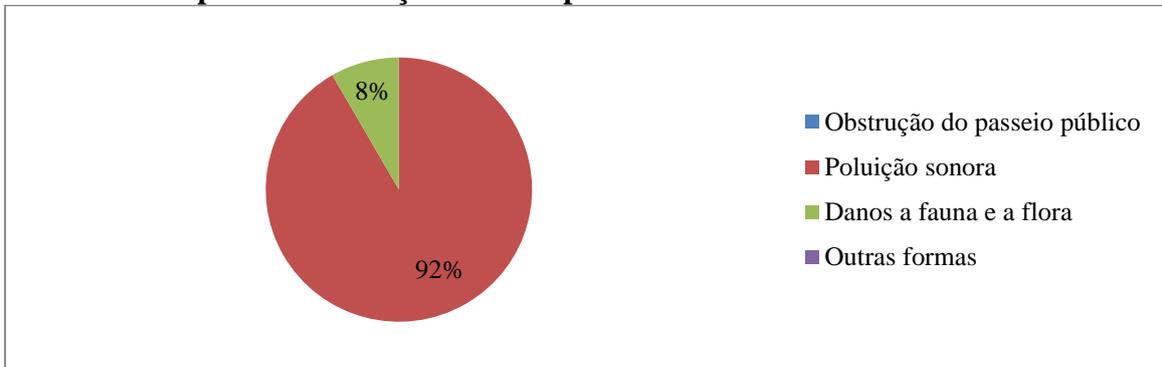
Segundo as informações apresentadas pelos servidores, constatou-se que a maioria respondeu que a fiscalização acontece diariamente, quando a Secretária dispõe de recursos materiais para desenvolver os trabalhos. A partir dos dados apresentados no Relatório Anual do ano de 2016, verificou-se que a fiscalização é realizada de acordo com o planejamento das equipes, pois além de atender as denúncias, requisições do Ministério Público, autos de infrações, notificações, ainda são realizadas as operações noturnas (AMAPÁ, 2016).

Nesse contexto, constata-se que o número de fiscais é muito pouco para atender a uma demanda muito alta no serviço de fiscalização, assim como os demais serviços de competência da SEMAM, tais como: produção de mudas; revitalização de logradouros públicos; implantação de paisagismo e arborização, assim como a manutenção dos mesmos; entre outros, pois de acordo com o Relatório anual do ano de 2016, destacaram-se alguns obstáculos que comprometem a administração pública da referida Secretaria, tais como: a carência de equipamentos para a eficiência dos trabalhos administrativos; deficiência de materiais de expediente; técnicos sem computadores; falta de combustível, insumos orgânicos, entre outros (AMAPÁ, 2016).

Para Corrêa, Vale e Romano (2011), a atividade de fiscalização é parte da estratégia de conservação do ambiente que visa coibir infrações ambientais, além de dá suporte as várias áreas de atuação, como o licenciamento ambiental, monitoramento nas áreas de ressaca, poluição sonora, entre tantas outras, que fazem parte da administração pública da SEMAM.

No gráfico 04 São apresentados os tipos de notificações mais expedidas pela SEMAM. 92% dos servidores responderam poluição sonora e 8% dos servidores ressaltam que as notificações estão relacionadas à fauna e a flora.

Gráfico 04. Tipos de notificações mais expedidas.



Fonte: SEMAM, Fevereiro/2017.

Segundo as informações apresentadas pelos servidores as notificações mais expedidas no ano de 2016 foram as de poluição sonora, onde a SEMAM passa a notificar através de denúncias pelo disk denúncia Linha Verde, bem como, a partir das ações realizadas em horários noturnos, principalmente em finais de semana.

De acordo com Corrêa, Vale e Romano (2011), as secretarias de meio ambiente devem dispor de uma central de atendimentos a denúncias, onde irá receber, sistematizar e acompanhar as queixas da sociedade relacionadas a danos ou agressões ambientais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa realizada na SEMAM foi possível constatar que a administração pública apresenta-se como um instrumento pelo qual o município realiza a adequada gestão dos bens e interesses da coletividade, visando sempre o bem comum e agindo em conformidade com a lei. No que se refere ao meio ambiente saudável e equilibrado reflete-se em direito fundamental e difuso e, logo, passa a ser de interesse de toda a coletividade estando acima de interesses individuais.

Os resultados da pesquisa mostraram através de dados arquivados apresentados em um Relatório Anual produzido pela SEMAM decorrente do ano de 2016, ser possível fazer um levantamento de todas as ações e atividades realizadas por aquela Secretaria, dando ênfase à produção de mudas; revitalização de logradouros públicos, através da podagem, arborização e paisagismo; assim como, à fiscalização de vistorias em bairros e loteamentos, além do

desenvolvimento da educação ambiental que visa sensibilizar todos na preservação e proteção do meio ambiente.

No entanto, para a dimensão do município de Macapá constatou-se que o número de ações e atividades, que corresponderam a 782 atividades que abrangeram denúncias, requisições do Ministério Público, autos de infrações, notificações e ações noturnas são irrisórias diante da competência da SEMAM, que fica comprometida diante da carência de equipamentos para a eficácia e eficiência dos trabalhos administrativos; deficiência de materiais de expediente; técnicos sem computadores; falta de combustível; falta de insumos orgânicos; falta de pessoal; entre outros, que apresentam-se como entraves diante das ações da SEMAM.

Segundo o Secretário da SEMAM, os principais entraves estão relacionados: a frágil estrutura física, material e de recursos humanos que a SEMAM dispõe hoje para prestar um atendimento à altura das suas obrigações e das exigências naturais decorrentes dos muitos serviços prestados à população. Seja no campo do licenciamento, monitoramento e fiscalização, seja no campo do paisagismo nos logradouros públicos de Macapá, assim como um quadro de pessoal reduzido, uma frota pequena e velha de veículos, além de um fraquíssimo orçamento anual, são as principais deficiências daquela Secretaria. De acordo com os dados coletados dos fiscais que atuam na SEMAM, os principais entraves da Secretaria diante da administração pública foram: 17% responderam falta de pessoal; 67% dos servidores responderam falta de recursos (material de escritório, transporte, etc.); 8% responderam falta de liderança e 8% responderam outros, com infraestrutura, investimento em recursos humanos.

Diante desse cenário, pode-se dizer que a hipótese foi confirmada, pois os entraves apresentados inviabilizam as atividades e ações da SEMAM, fazendo com que a administração pública não alcance resultados favoráveis para a sociedade amapaense, pelo fato das limitações que circundam a Secretaria, pois leva-se em consideração que na administração pública se faz necessário a efetivação de um planejamento estratégico que esteja de acordo com o orçamento destinado para a execução das ações da SEMAM.

A partir do exposto nos resultados da pesquisa recomendam-se algumas sugestões diante da problemática levantada:

- ✓ Maior envolvimento da sociedade amapaense nas atividades e ações da SEMAM, principalmente no que concerne manutenção da arborização e paisagismo dos logradouros públicos;

- ✓ Investir na divulgação nas redes sociais das ações e atividades realizadas pela SEMAM junto à sociedade amapaense, pois muitas pessoas não têm conhecimentos sobre a referida Secretaria;
- ✓ Desenvolver projetos educativos em todas as escolas do município de Macapá, com intuito de sensibilizar os alunos diante da degradação ambiental, provocando uma mudança de hábitos diante do meio ambiente;
- ✓ Buscar convênios federais.

Portanto, conclui-se que o objetivo foi alcançado com êxito, pois foi possível analisar a administração Pública da Secretaria Municipal do Meio Ambiente junto à sociedade amapaense, apresentando os entraves que comprometem o alcance de resultados positivos, assim como algumas recomendações para reduzir os obstáculos que implicam na problemática.

ABSTRACT

The objective of this article was to analyze the Public Administration of the Municipal Environment Secretariat with the amapaense society. For that, a basic research was carried out, with qualitative and quantitative descriptive and participatory approach involving SEMAM's Secretary, as well as the fiscals that work in said organ. The results of the research showed that through archived data presented in an Annual Report produced by SEMAM from the year 2016, the actions and activities carried out by said Secretariat were: seedling production; Revitalization of public places, through pruning, afforestation and landscaping; As well as the inspection of inspections in neighborhoods and subdivisions, as well as the development of environmental education that aims to raise awareness in the preservation and protection of the environment. It should be noted that the number of actions and activities carried out by SEMAM corresponded to 782 activities that covered denunciations, requests from the Public Prosecutor's Office, infractions notices, notifications and nocturnal actions are derisory under the jurisdiction of said Secretariat, being compromised due to lack of Equipment for the efficiency and effectiveness of administrative work; Deficiency of record materials; Technicians without computers; Lack of fuel; Lack of organic inputs; Lack of staff; Among others, which present themselves as impediments to the actions of said Secretariat.

Keywords: Public Administration. Environment. Legislation. Society.

5 Referências

ALMEIDA, Etenize Cerqueira de. **Perfil do Servidor Público na Gestão Municipal:** aproximações e distâncias entre o perfil apresentado na literatura sobre reforma do Estado e a realidade em Santo Antônio de Jesus, 2013. Monografia – Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2013.

AMAPÁ. **Relatório Anual:** Secretaria Municipal do Meio Ambiente. Macapá, 2016.

BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. Burocracia pública e reforma gerencial. **Revista do Serviço Público**, Brasília, ed. Especial, 2007.

_____. **Burocracia pública na Construção do Brasil**. 2008. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/Books/Livro-BurocraciaConstru%C3%A7%C3%A3oBrasil.6.pdf>> Acesso em: 22mar2017.

BRITO, Edy Carlos Silva de. **Dificuldades da administração pública municipal para angariar recursos de convênios federais: foco no desenvolvimento de projetos para captação de recursos**. Disponível em: <<https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/artigoedycarlos.pdf>> Acesso dia 27mar 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

CARVALHO, Fernanda de Quadros; SAMPAIO, Dilcéia Almeida. **A Administração Pública: uma análise de sua história, conceitos e importância**. 2010. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/a-administracao-publica-uma-analise-de-sua-historia-conceitos-e-importancia/37923/>> Acesso dia 27mar 2017.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. São Paulo: Prentice Hall, 2012.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração geral e pública**. São Paulo: Manole, 2012.

CORREA, Rogério Giusto; VALE, Marcio Neves do; ROMANO, Livia Soalheiro. **Fiscalização ambiental**. Rio de Janeiro: INEA, 2011

FLORIANO, Eduardo Pagel. **Políticas de Gestão Ambiental**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2007.

FIRMINO, Camila Rocha; SILVA, Filipe Hagen; VIANA, Pedro Herinque de Pina Cabral. **Desigualdade de Gênero no Serviço Público Federal**, 2015. Disponível em: <http://www.escoladegestao.pr.gov.br/arquivos/File/2015/VIII_Consad/008.pdf> Acesso dia 20mar2017.

JUAREZ, Rodson. **A construção da política de meio ambiente em Macapá**, 2009. Disponível em: <<http://www.ceap.br/artigos/ART0112200910312.pdf>> Acesso dia 20mar2017.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

GENGO, Rita de Cássia; HENKES, Jairo Afonso. A utilização do paisagismo como ferramenta na preservação e melhoria ambiental em área urbana. **Revista gestão sustentável ambiental**, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 55 - 81, out. 2012/mar.2013.

LACERDA, Josiane Auxiliadora. **Capacitação e o perfil dos servidores públicos**. Lavras/MG: Universidade Federal de Lavras, 2013.

LACOMBE, Francisco; HEILBORN, Gilberto Luiz José. **Administração, princípios e tendências**. São Paulo: Saraiva, 2010.

LIMA, Helton Roseno. **Controle externo, administração pública e transparência Administrativa**. Disponível em: <docplayer.com.br/17400072-Controle-externo-administracao-publica-e-transparencia> Acesso dia 27mar 2017.

MARQUES, Marcelo. **Administração Pública: uma abordagem prática**. Rio de Janeiro: Ferreira, 2008.

MATTOS, Mauro Gomes de; ROSSETTO JÚNIOR, Adriano José; BLECHER, Shelly. **Metodologia da Pesquisa: Construindo sua monografia, artigos e projetos**. São Paulo: Editora Phorte, 2008.

MAXIMIANO, Luiz C. A. **Introdução à administração**. São Paulo: Atlas, 2009.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2012.

MEGGINSON, Leon. **Administração: conceitos e aplicações**. São Paulo: Saraiva, 2010.

OLIVEIRA, Maria Marly. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Vozes, 2007.

RISSATO, Denise; SAMBATTI, Andréia Polizeli. A utilização de instrumentos econômicos de controle ambiental da água: uma discussão da experiência brasileira. **Encontro Paranaense de Pesquisa e Extensão em Ciências Sociais Aplicadas**, 5., Anais, Cascavel, 2009.

SANTOS, Iraci; CLOS, Araci Carmen. **Pesquisa quantitativa e metodológica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

SILVA, Paulo Bernardo; AMARAL, Helena Kerr. Perspectivas da gestão pública no Brasil contemporâneo. **Revista do Serviço Público**, Brasília, ed. Especial, 2007.

SIRVINKAS, Luís Paulo. **Manual de Direito Ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2009.

STASKOVIK JUNIOR, Glaucio; KOPROWSKI, Renato; SANTOS, Thalyta dos. Administração pública e sustentabilidade. **Revista Eletrônica Direito e Política**, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.7, n.3, 3º quadrimestre de 2012.

VIEIRA, Júlio César Cristoffer; FERREIRA JÚNIOR, Achilles Batista; TEIXEIRA, Juliane Marise Barbosa. A Administração pública como facilitadora do desenvolvimento social e econômico. **Caderno Gestão Pública**. vol.4 n.3|jul/dez2014. Disponível em: <file:///C:/Users/PC/Downloads/312-1159-1-PB.pdf> Acesso dia 30mar2017.